



**ACÓRDÃO Nº57/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1620/2015 (5 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** José Fernando de Farias
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD – MA.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6877/2016-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus. Exercício de 2014.

*Regularidade com Ressalvas. Multa.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2014, da Casa Militar de Manaus de responsabilidade do Senhor José Fernando de Farias, Secretário Municipal – Chefe da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus, exercício de 2014- U.G. 15101;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao S. José Fernando de Farias, Secretário Municipal – Chefe da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus, exercício de 2014 - U.G. 15101, no montante de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº 25/2012, pela impropriedade disposta no item 8. do voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual - Encargos Gerais do Estado – SEFAZ;



**ACÓRDÃO Nº57/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.3.** Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o Senhor Secretário Municipal – Chefe da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus, exercício de 2014 U.G. 15101, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;

**9.4.** **Dar quitação** ao Senhor Secretário Municipal – Chefe da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus, exercício de 2014 U.G. 15101, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE; artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE,

**9.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

**9.5.1** Encaminhe à atual Administração da Casa Militar de Manaus cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, para que aquela Pasta atente às recomendações mencionadas nas peças técnicas visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

**9.5.2** Notifique o Senhor Secretário Municipal – Chefe da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus, exercício de 2014 U.G. 15101, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

**9.5.3** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

**10- Ata:** 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 9 de Fevereiro de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº57/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Conselheira Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral